



*Recensão a Regressos quase
Perfeitos. Memórias da Guerra em
Angola, de Maria José
Lobo Antunes*

Miguel Cardina

Práticas da História 1, n.º 2 (2016): 225-230

www.praticadashistoria.pt

Maria José Lobo Antunes
Regressos quase Perfeitos.
Memórias da Guerra em Angola

Lisboa: Tinta-da-China,
2015, 424 pp.

Miguel Cardina*

A memória das guerras nas sociedades contemporâneas ganhou uma relevância evidente nas últimas décadas. Ela tem vindo a concitar um generalizado interesse público, materializado em museus, exposições, atos comemorativos, documentários, romances, recolhas testemunhais e obras de pendor académico. Ao mesmo tempo, e sensivelmente a partir da década de 1980, surgiu uma nova vaga de publicações ligada aos então emergentes “Estudos da Memória”. Com efeito, se é verdade que a construção das identidades nacionais e regionais sempre se fez com auxílio à evocação das guerras – quer através da figura do “inimigo”, quer através da imagem da “nação dilacerada”, cuja lembrança se deveria manter para que os fantasmas do passado permanecessem apaziguados –, o certo é que, a partir de então, ganharam preponderância enfoques que consideram as guerras a partir das dinâmicas de inscrição e silenciamento que produzem.

Ainda que com relativo atraso, a guerra colonial portuguesa tem vindo também a ser alvo de abordagens que pretendem pensá-la, não (apenas) como acontecimento histórico delimitado e encerrado, mas sim como evento cuja centralidade a transforma numa das chaves de

* Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra (CES).

compreensão do século XX português¹ e num elemento a considerar na análise dos bloqueios e especificidades do Portugal pós-colonial². Passado o período revolucionário, em que a guerra e o colonialismo foram alvo de debate e consideração crítica, sucederam-se anos em que uma certa matriz luso-tropicalista reganhou vigor, com leituras em que a guerra é simultaneamente vista como uma quase indecifrável erupção na vida que calmamente transcorria no Ultramar e como um episódio histórico que tinha nos soldados as suas vítimas mais notórias³. A partir de meados da década de 1990, esta visão veio a complexificar-se e, mais recentemente, a par de uma profusão de obras e testemunhos de teor saudosista sobre a “África perdida”, têm surgido também documentos que ajudam a compreender melhor a história e a memória da guerra colonial, quer no campo dos Estudos Culturais, da História e da Antropologia, quer ao nível do documentarismo, de que o exemplo de maior alcance é a série *A Guerra*, realizada por Joaquim Furtado, e exibida na RTP1 entre 2007 e 2013⁴.

Em *Regressos quase Perfeitos*, Maria José Lobo Antunes dá um significativo contributo para este novo modo de equacionar a guerra. A obra resulta de uma adaptação da sua tese de doutoramento, defendida em 2015, na Universidade Nova de Lisboa. Toma como fio condutor as memórias de um conjunto de antigos militares de uma companhia que estivera instalada no Leste e Nordeste de Angola, entre 1971 e 1973: a Companhia de Artilharia 3313 do Batalhão de Artilharia 3835. A esco-

1 Luís Quintais chama-lhe o “acontecimento traumático por excelência do nosso passado recente”. Luís Quintais, “Trauma e memória: um exercício etnográfico”, *Etnográfica: revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, 4, no. 1 (2000): 87. Fernando Tavares Pimenta faz uma periodização do século XX português que toma como referente a questão colonial, sendo que a guerra, e mais concretamente o processo de descolonização que se lhe segue, sinalizariam o final do período. Fernando Tavares Pimenta, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)* (Porto: Afrontamento, 2010).

2 Veja-se, por exemplo, Bruno Sena Martins, “Violência colonial e testemunho: Para uma memória pós-abissal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 106 (2015): 105-226.

3 Manuel Loff identificou com clareza esse elemento ao efetuar uma história da memória da ditadura e da revolução no Portugal democrático. Manuel Loff, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014),” in *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, org. Manuel Loff; Luciana Soutelo e Filipe Piedade (Coimbra: Almedina, 2014)

4 Para uma análise da série, veja-se: Ansgar Schaefer, “Imagens de *A Guerra*. Interação entre os discursos verbal e visual na série de Joaquim Furtado,” *Práticas da História*, 1, no. 1 (2015): 33-60.

lha não fora fortuita. Na verdade, trata-se da companhia da qual fizera parte o seu pai, o médico alferes António Lobo Antunes (elemento que a autora nunca omite nem desconsidera, embora o vá tratando ao longo do texto de maneira relativamente sóbria). Muito nova, a autora permanecera pois cerca de um ano em África, o que faz com que acabe por integrar parte da história da companhia. Desse passado - “que de alguma forma também é o meu, mas do qual não me lembro” - Maria José Lobo Antunes guarda uma “memória emprestada”, mediada por objetos e narrativas, e que estimulou a vontade de “ir além daquilo que conhecia” (p. 22), primeiro através da edição, em 2005, juntamente com a irmã Joana, das cartas enviadas de Angola à sua mãe, e que abriria o terreno para este trabalho académico.

A obra propõe-se desenvolver um “outro olhar” sobre a guerra, buscando “perceber de que forma os mundos privados dos homens que a combateram se cruzam com o mundo público da guerra e da história que dela se conta” (p. 23). Com a intenção de articular memórias pessoais, narrativas públicas e representações oficiais do conflito, a autora fez observações dos almoços anuais da companhia e trinta e uma entrevistas a antigos militares, cruzando-as com as obras de António Lobo Antunes (*Os Cus de Judas*, de 1979; e *D’este Viver Aqui Neste Papel Descrito*, de 2005, volume com a edição das cartas enviadas de Angola), com documentação militar (caso da *História da Unidade BART 3835*, que sintetiza a atividade do Batalhão de Artilharia), com informação constante em arquivos pessoais e periódicos, e produzindo um constante enquadramento reflexivo que dialoga com a produção já existente, quer sobre o tema da guerra colonial, quer sobre a mais vasta reflexão em torno da memória no campo das Ciências Sociais e das Humanidades.

São três as grandes unidades temporais analisadas no livro. A primeira reporta-se ao período anterior à ida para Angola e dela se ocupa o capítulo II. Aqui se faz um retrato do Estado Novo que, pontuado com a memória dos entrevistados, confere uma densidade experiencial à descrição de um país ainda essencialmente rural e com escassa mobilidade social, que via com naturalidade o trabalho infantil e que demo-

nizava a intervenção cívica e política, e onde a tropa surgia como uma importante instância de socialização para jovens que, muitas vezes, tinham aí as primeiras experiências pessoais fora das suas comunidades de origem. O segundo tempo, que ocupa os capítulos III e IV, recoloca os homens da companhia no lugar-tempo da guerra, conduzindo o leitor àquela África que os militares viam com estranheza, feita de paisagens imensas, de gestos culturais indecifráveis e onde o inimigo era uma presença fantasmática. Por fim, a obra dedica os capítulos V e VI aos anos posteriores ao regresso da guerra, analisando os modos como ela se foi inscrevendo nas vidas de quem a viveu e na memória pública do país.

Não obstante isso, o livro é atravessado pela certeza de que as representações do passado são sempre construídas a partir do presente. Desenvolver esta investigação há alguns anos atrás teria conduzido a diferentes resultados, não só porque a memória da guerra tem uma história que é permeável aos contextos sociopolíticos, mas também porque não se haviam ainda iniciado os almoços de confraternização entre os antigos elementos da companhia, nos quais as memórias individuais são estimuladas, partilhadas e reconstruídas no confronto com uma espécie de memória difusa comum. O subcapítulo “palavras e silêncios” (pp. 371-376), centrado na análise do testemunho de Jorge Pereira, o único dos entrevistados que nunca participara nos convívios do grupo e que não mantivera contactos com nenhum dos antigos camaradas de armas, é um convincente exercício de demonstração do papel do grupo como instância onde “os sujeitos negociam o critério que irá circunscrever as palavras e os silêncios, o que será lembrado e o que será omitido” (p. 376).

No livro são particularmente detetados os silêncios sobre a violência e o horror da guerra, como se eles fossem parte de um passado impronunciável. Da gama de experiências trazidas de Angola, “são precisamente as ‘decências’ que sobrevivem às ‘indecências’ da guerra que estes homens querem lembrar e comemorar nos almoços. Incapazes de mudar o que aconteceu, de apagar imagens de violência, de rasurar episódios incómodos, resta-lhes construir regressos quase perfeitos ao passado” (p. 376). Essas ausências – interrompidas apenas por um

muito pequeno número de episódios que surgiram na investigação de maneira quase fortuita – levam mesmo a autora a questionar: “Terão estes antigos militares passado pela guerra sem conhecerem a violência e os seus excessos?” (p. 301).

Maria José Lobo Antunes evidencia a utilização de dois tipos retóricos para justificar a violência da guerra: a) a que enquadra esses episódios à luz da obediência a ordens superiores; b) a que, a partir da emergência no campo da Psiquiatria da categoria de *desordem de stress* pós-traumático, veio “humanizar o inumano” (para utilizar as palavras de Luís Quintais) e tornar a guerra legível a partir da ideia do soldado como vítima de uma experiência vivida que o assombra e desestabiliza. Anota-se, porém, que nenhuma destas justificações surge nas memórias dos antigos militares da CART 3313. Ainda que a autora não busque detalhar as razões para que a violência surja como uma “inexistência narrativa”, o texto vai sugerindo algumas explicações. Elas vão desde a persistência na sociedade de um imaginário de recorte luso-tropicalista – que, definindo de certa forma a natureza do colonialismo português, acaba também por se indiciar no silêncio sobre os massacres, sobre os crimes de guerra, sobre a atuação da PIDE/DGS no território e da relação com as Forças Armadas – até ao enquadramento dos atos violentos na insana “suspensão da normalidade” que a guerra introduz (pp. 149-154), passando pela dificuldade em nomear publicamente o inominável, o que obrigaria a evocações da experiência de guerra conduzidas a partir do lugar do “perpetrador”.

Curiosamente, o idioma da guerra é uma presença constante nas narrativas destes homens. “É através dos seus valores (a camaradagem, a coragem, o heroísmo), dos seus resultados (vitórias, derrotas, fugas), dos seus acasos de sorte ou azar e das suas fraquezas (medo, cobardia), que cada um dos indivíduos reconstitui no presente os episódios vividos décadas antes” (p. 219). A guerra torna-se um passado insuperável, gerador de narrativas calibradas coletivamente e de laços de pertença atualizados nos almoços anuais – mas também em textos literários de António Lobo Antunes, cujos excertos são lidos nesses encontros –, que dão sentido à divisa adotada pela companhia: “Somos quem fomos.” E

o que estes homens foram – e são – resulta tanto desse passado vivido como dos “regressos quase perfeitos” que a ele fazem, recriando-o como um espaço habitável.

Daí que a autora assuma que “é impossível saber o que de facto aconteceu” (p. 301) e que, portanto, “o que me interessa não é o que aconteceu, mas sim de que forma se recorda e se esquece aquilo que aconteceu” (p. 25). Cabe sublinhar que a distância entre facto e imaginação, entre o acontecido e o silenciado, não parece ser resolvida, ao longo do texto, com a simples desconsideração da ideia de verdade, apesar de a autora o afirmar (“as ideias de verdade ou de facto estão ausentes destas páginas”, p. 24). Na realidade, em vários momentos (abordagem da violência, representações de África e dos africanos, etc.), os processos de silenciamento e de reconstrução da memória são evidenciados justamente a partir de elementos históricos que permitem situar a *distância* que poderá ir do facto à imaginação, caminho necessário para se poder localizar a rasura da memória enquanto tal. E é por isso mesmo que esta “etnografia da memória da guerra” é, não só uma análise das representações circunstanciais do conflito por um conjunto de homens que durante vinte e seis meses o levou a cabo, mas um retrato situado sobre a natureza pós-colonial do país, inaugurado pelo fim da guerra e do Império em África.

Referência para citação:

Cardina, Miguel. Recensão a *Regressos quase Perfeitos. Memórias da Guerra em Angola*, de Maria José Lobo Antunes. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016); 225-230.